

Direito Internacional Público

2023 - 2ª Edição

Wladimir Brito

Professor Catedrático Jubilado da Escola
de Direito da Universidade do Minho

Professor Catedrático da Universidade Portucalense

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

AUTOR

Wladimir Brito

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Avenida Emídio Navarro, 81, 3D

3000-151 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

PRÉ-IMPRESSÃO

João Jegundo

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Europress Indústria Gráfica

Setembro, 2023

ISBN

978-989-40-1469-0

DEPÓSITO LEGAL

520762/23

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusivas responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

ÍNDICE

PREFÁCIO	7
ABREVIATURAS	9
PARTE I – FUNDAMENTOS E EVOLUÇÃO HISTÓRICA	
CAPÍTULO I FUNDAMENTOS E EVOLUÇÃO HISTÓRICA	13
SECÇÃO I – CONCEITO E FUNDAMENTO SOCIOLOGICO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	13
1.1.1. Conceito de Direito Internacional Público	13
1.1.2. Fundamento Sociológico do Direito Internacional	19
SECÇÃO II – BREVE RESUMO DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO INTERNACIONAL	28
1.2.1. O Direito Internacional nas Civilizações Antigas	28
1.2.2. A Comunidade Cristã Ocidental da Idade Média: A Respublica Cristiana	34
1.2.3. O Direito Internacional no Mundo Bizantino	38
1.2.4. O Direito Internacional no Mundo Árabe	39
1.2.5. O Direito Internacional na Transição do Mundo Cristão Medieval para o Sistema Europeu de Estados: A Paz de Westfália (1648)	41
1.2.6. O Direito Internacional desde a Paz de Westfália até ao Congresso de Viena	43
1.2.7. O Direito Internacional desde o Congresso de Viena à Primeira Guerra Mundial	45
1.2.8. O Direito Internacional entre as duas Guerras Mundiais	47
1.2.9. O Direito Internacional depois da Segunda Guerra Mundial	51
1.2.10. Conclusão	54
SECÇÃO III – EVOLUÇÃO DAS CORRENTES DOUTRINAIS	55
1.3.1. Introdução	55
1.3.2. Civilizações Antigas	57
1.3.3. Os Prologómenos de uma ciência do Direito Internacional Público.	
Os Pensadores Medievais	61
1.3.3.1. As Correntes Canonistas	61
1.3.3.2. As Correntes Romanistas	62

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1.4. A Escola Espanhola do Direito Internacional	64
1.5. Hugo Grócio e a sua Escola	72
1.6. O Jusnaturalismo	76
1.7. O Positivismo Jurídico	78
1.8. Correntes Modernas	78
1.8.1. Século XIX a 1914 – 18	78
1.8.2. Século XX: De 1918 à Actualidade	81

PARTE II – CARACTERÍSTICAS E FUNDAMENTO DE OBRIGATORIEDADE DO DIREITO INTERNACIONAL E AS RELAÇÕES ENTRE O DIP E O DIREITO INTERNO DOS ESTADOS

CAPÍTULO I – CARACTERÍSTICAS E FUNDAMENTO DE OBRIGATORIEDADE DO DIREITO INTERNACIONAL	85
SECÇÃO I – AS CARACTERÍSTICAS DO DIREITO INTERNACIONAL	85
1.1. Introdução	85
1.2. A Negação Doutrinal do Carácter Jurídico das Normas do Direito Internacional	85
1.3. O Carácter Incompleto do Direito Internacional	89
1.4. Inexistência de órgãos Centrais de Aplicação do Direito Internacional	90
1.5. O Direito Internacional como Direito de Coordenação e de Sobreposição	91
SECÇÃO II – O FUNDAMENTO DE OBRIGATORIEDADE DO DIREITO INTERNACIONAL	92
2.1. A Fundamentação Positivista	92
2.1.1. Doutrina Voluntarista	93
2.1.2. Fundamentação Normativista	95
2.2. O Jusnaturalismo Moderno e a Fundamentação do Direito Internacional	96
CAPÍTULO II – AS RELAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL COM O DIREITO DOS ESTADOS	99
SECÇÃO I – AS DOCTRINAS	99
1. Introdução	99
2. A Doutrina Dualista	99
2.1. A Teoria	99
2.2. Consequências Práticas da Teoria Dualista	100
2.3. Críticas à Doutrina Dualista	101
3. A Doutrina Monista	102
3.1. Preliminares	102
3.2. Monismo com Primado do Direito Interno	103
3.3. Monismo com Primado do Direito Internacional	104
3.4. A Prática Internacional	105
SECÇÃO II – SISTEMAS DE INCORPORAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL NO DIREITO INTERNO	105
2.1. Sistemas de Incorporação	105
2.2. O do Direito Internacional e o Direito Interno Português	106

2.2.1. A Recepção do Direito Internacional na Ordem Jurídica Portuguesa	106
2.2.2. A Recepção na Ordem Jurídica Portuguesa das Normas Emitidas pelas Organizações Internacionais	110
PARTE III – AS FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	
CAPÍTULO I – AS FONTES DE DIREITO	117
SECÇÃO I – INTRODUÇÃO	117
1.1. O Problema das Fontes no Direito Internacional	117
1.2. Classificação das Fontes do Direito Internacional	118
SECÇÃO II – O COSTUME INTERNACIONAL	120
2.1. Conceitos e Elementos	120
2.2. Fundamento de Obrigatoriedade do Costume	122
2.3. Natureza do Costume	122
2.4. A Crise do Costume	123
2.5. Processo de Determinação da Existência do Costume	124
2.6. Classificação dos Costumes	125
2.7. Esfera de Aplicação e de Validade do Costume	126
2.8. As Organizações Internacionais e o Costume	126
SECÇÃO III – OS TRATADOS	127
3.1. Introdução	127
3.2. Conceito, Designações e Classificação	130
3.3. Órgãos Competentes para a Conclusão de Tratados	134
3.4. Processo de Elaboração dos Tratados	135
3.5. As Fases do processo de Elaboração dos Tratados	136
3.5.1. Introdução	136
3.5.2. A Fase da Negociação	136
3.5.3. A Fase da ratificação	141
3.6. Conclusão de Tratados no seio das Conferências e das Organizações Internacionais	146
3.7. Outras Formas de Vinculação dos Estados pelos Tratados	147
3.7.1. A Adesão ou Acesso	147
3.7.2. Assinatura	149
3.7.3. Aprovação ou Aceitação	150
3.8. Reserva	150
3.9. Depósito, Registo e Publicação	157
3.10. Condições de Validade do Tratado	159
3.10.1. Capacidade das Partes	159
3.10.2. Licitude do Objecto	161
3.10.2.1. Ius Cogens	162
3.10.3. Regularidade do Consentimento	208
3.11. Nulidade dos Tratados	214
3.12. Efeitos dos Tratados entre as Partes e em Relação a Terceiros Estados	223
3.13. Esfera de Aplicação dos Tratados	226

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

3.14. Interpretação dos Tratados	229
3.15. Extinção dos Tratados	231
3.16. Consequências Jurídicas da Extinção do Tratado	237
3.17. Consequências Jurídicas da Suspensão do Tratado	237

SECÇÃO IV – OUTRAS FONTES (SUBSIDIÁRIAS)	238
4.1. A Equidade	238
4.2. Os Princípios Gerais de Direito	239
4.3. A Doutrina	240
4.4. A Jurisprudência	241
4.5. Actos Unilaterais	241

SECÇÃO V – A HIERARQUIA DAS NORMAS DO DIREITO INTERNACIONAL	244
5.1. Introdução	244
5.2. Hierarquia das Fontes	247
5.3. O Ius Cogens	249
5.4. Hierarquia das Normas	252
5.4.1. Questão Prévia	252
5.4.2. Hierarquia das Normas de Origem Costumeira	252
5.4.3. Hierarquia das Normas Convencionais	253
5.4.4. Hierarquia das Normas: Os Actos Unilaterais	254
5.4.5. Uma Proposta de Hierarquização	255

PARTE IV – A TEORIA DOS SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO I – A TEORIA DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE JURÍDICA E O PROBLEMA DO RECONHECIMENTO EM DIREITO INTERNACIONAL	259
---	-----

SECÇÃO I – A PERSONALIDADE E A CAPACIDADE JURÍDICA	259
1.1. Introdução	259
1.2. Generalidades sobre personalidade e capacidade jurídico-internacional	260
1.2.1. Introdução	260
1.2.2. Personalidade jurídico-internacional	261
1.2.3. A capacidade de agir jurídico-internacional	265

SECÇÃO II – A TEORIA DO RECONHECIMENTO	266
2.1. Introdução	266
2.2. O Reconhecimento no Direito Internacional	269
2.2.1. Generalidades	269
2.2.2. As teorias do reconhecimento	271
2.3. Modalidades de reconhecimento	276
2.4. O carácter discricionário do reconhecimento	279
2.5. Efeitos do reconhecimento	282
2.6. Revogabilidade e caducidade do reconhecimento	283
2.6.1. Revogabilidade	283
2.6.2. Caducidade	284

CAPÍTULO II – OS SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL	285
SECÇÃO I – INTRODUÇÃO	285
SECÇÃO II – O ESTADO	288
2.1. Introdução	288
2.1.1. Generalidades	288
2.1.2. A Conceção política do Estado	288
2.1.3. A Conceção Jurídica do Estado	293
2.2. Os Elementos Constitutivos do Estado	298
2.2.1. Introdução	298
2.2.2. A População, o Território e o Poder Político como elementos constitutivos do Estado	299
2.3. O Estatuto Internacional do Estado	311
2.3.1. Introdução	311
2.3.2. O princípio da soberania	312
2.3.3. O princípio da igualdade	315
2.3.4. Os Direitos Fundamentais dos Estados	315
2.4. Os poderes do Estado sobre o território e as pessoas	317
2.4.1. Introdução	317
2.4.2. Poderes do Estado sobre o território	318
2.4.2.1. Preliminares	318
2.4.2.2. Poderes do Estado no seu território	318
2.4.2.3. Poderes do Estado fora do seu território	318
2.4.3. Competência do Estado sobre pessoas: nacionais e estrangeiros	319
2.4.3.1. Introdução	319
2.4.3.2. A questão da nacionalidade	320
2.4.3.3. Poderes do Estado sobre os seus nacionais dentro e fora do seu território	321
2.4.3.4. Competência dos Estados sobre estrangeiros	329
SECÇÃO III – A IGREJA CATÓLICA E O ESTADO DA CIDADE DO VATICANO	330
3.1. Introdução	330
3.2. A Igreja Católica	331
3.3. O Estado da Cidade do Vaticano	332
3.4. Relações entre a Igreja e o Estado da Cidade do Vaticano	334
SECÇÃO IV – AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	334
4.1. Origens, conceito e classificação das Organizações Internacionais	334
4.1.1. Introdução	334
4.1.2. Evolução histórica: breve resumo	335
4.1.3. A diversidade como característica das Organizações Internacionais	337
4.1.4. Conceito de Organização Internacional	338
4.1.5. Classificação das Organizações Internacionais	339
4.2. Criação e Composição das Organizações Internacionais	340
4.2.1. Criação das Organizações Internacionais	340

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

4.2.2.	Composição: Os sujeitos constituintes e participantes	347
4.3.	Personalidade jurídica das Organizações Internacionais: remissão	347
4.4.	O Direito das Organizações Internacionais e o Direito Internacional	347
4.5.	Os membros das Organizações Internacionais	349
4.5.1.	Introdução: os Estados e outras Organizações Internacionais como membros das Organizações Internacionais	349
4.5.2.	Aquisição da qualidade de membro de uma Organização Internacional	349
4.5.3.	Saída voluntária e expulsão de membros	351
4.6.	A competência das Organizações Internacionais	354
4.7.	A Estrutura Orgânica das Organizações Internacionais	359
SECÇÃO V ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS		365
5.1.	Introdução: Origem Histórica e Natureza Jurídica	365
5.1.1.	Origem Histórica	365
5.1.2.	Natureza Jurídica	368
5.2.	A Carta das Nações Unidas	368
5.3.	Princípios Fundamentais	370
5.4.	Membros	373
5.5.	Estrutura Orgânica da ONU	376
5.5.1.	Generalidades	376
5.5.2.	A Assembleia Geral	376
5.5.3.	Conselho de Segurança	380
5.5.4.	Conselho Económico e Social	388
5.5.5.	Conselho de Tutela	389
5.6.	O Tribunal Internacional de Justiça (TIJ)	390
5.6.1.	Generalidades sobre a origem da Tribunal	390
5.6.2.	Composição	391
5.6.3.	Funcionamento	391
5.6.4.	Competência	392
5.7.	O Secretariado e o Secretário-Geral	393
5.7.1.	O Secretariado	393
5.7.2.	O Secretário-Geral	394
5.8.	Reforma da ONU	398
SECÇÃO VI - O INDIVÍDUO		402
6.1.	Introdução: a controversa personalidade jurídico-internacional do indivíduo	402
6.2.	O indivíduo como sujeito de deveres internacionais e a sua responsabilidade penal internacional	405
6.3.	O Indivíduo como Titular de Direitos e a Protecção Jurídico-Internacional dos Direitos Individuais	409
6.3.1.	Introdução	409
6.3.2.	Classificação dos direitos individuais	411
6.3.3.	O sistema internacional de garantias de protecção dos direitos individuais	413
6.4.	Conclusão	420

SECÇÃO VII – OUTROS SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL	421
7.1. Introdução	421
7.2. A Soberana Ordem de Malta	421
7.3. A Cruz Vermelha Internacional	422
7.4. Os Beligerantes e os Insurrectos	424
7.4.1. Beligerância	424
7.4.2. Insurrectos	426
CAPÍTULO III A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL	427
3.1. Introdução	427
3.2. A responsabilidade por factos ilícitos: os pressupostos	430
3.3. Causas de exclusão da ilicitude	445
3.4. A reparação	455
3.5. A responsabilidade objectiva ou pelo risco	458
3.6. Reras para a invocação da responsabilidade	460
PARTE V – DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO	
SECÇÃO I – O CONCEITO DE GUERRA E DO DIREITO HUMANITÁRIO	465
1.1. Introdução	465
1.2. O Conceito de Guerra	465
1.3. Proibição da Guerra	471
SECÇÃO II – CONCEITO DE DIREITO HUMANITÁRIO E SUA DISTINÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	475
2.1. Conceito	475
2.2. Direitos Humanitários e Direitos Humanos. Distinção	476
SECÇÃO III BREVE DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO HUMANITÁRIO	477
3.1. Ponto de vista doutrinal e normativo	477
3.2. As Fontes do Direito Humanitário	483
SECÇÃO IV OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO	490
SECÇÃO V EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TRATAMENTO DOS PRISIONEIRO S DE GUERRA ATÉ AO SÉCULO XX	499
5.1. Introdução	499
5.2. O Direito de Haia sobre a protecção dos prisioneiros de Guerra	500
5.3. A Convenção de Genebra de 1929	500
5.4. Convenções de Genebra	501
5.4.1. Introdução	501
5.4.2. Pressupostos Gerais Fundamentais do Direito de Genebra	501
5.4.3. Conclusão	502

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

PARTE VI TRIBUNAIS INTERNACIONAIS PENAIS E PROCESSO INTERNACIONAL PENAL

CAPÍTULO I – QUESTÕES GERAIS	505
CAPÍTULO II BREVE ANÁLISE DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA JUSTIÇA INTERNACIONAL	509
CAPÍTULO III – INTERNATIONAL PRIZE COURT E TRIBUNLA INTERNACIONAL ESPECIAL PARA GUILHERME II	519
SECÇÃO I INTERNATIONAL PRIZE COURT	519
SECÇÃO II – TRIBUNAL INTERNACIONAL ESPECIAL PARA GUILHERME II	521
CAPÍTULO IV – TRIBUNAL MILITAR INTERNACIONAL DE NUREMBERGA, TRIBUNAL MILITAR INTERNACIONAL DE TÓQUIO E CRIMES INTERNACIONAIS	523
SECÇÃO I O TRIBUNAL MILITAR INTERNACIONAL DE NUREMBERGA	523
SECÇÃO II – TRIBUNAL MILITAR INTERNACIONAL DE TÓQUIO	524
SECÇÃO III – DOS CRIMES INTERNACIONAIS OU OS PROLEGÓMENOS DE UM CÓDIGO INTERNACIONAL PENAL	525
CAPÍTULO VI – O TRIBUNAL INTERNACIONAL PENAL PARA A EX-JUGOSLÁVIA E O TRIBUNAL INTERNACIONAL PENAL PARA O RWANDA	529
SECÇÃO I – O TRIBUNAL INTERNACIONAL PENAL PARA A EX-JUGOSLÁVIA	529
1.1. Introdução	529
1.2. Estrutura Orgânica	531
1.3. Princípios Gerais do Direito Criminal Aplicáveis pelo Tribunal	532
1.4. Os crimes	534
1.5. Regras de Processo	537
SECÇÃO II – A SEGUNDA EXPERIÊNCIA PERCURSORA: O TRIBUNAL INTERNACIONAL PENAL PARA O RWANDA	542
2.1. Criação do Tribunal	542
2.2. Número de Juizes rwandeses	543
2.3. Sede do Tribunal	543
2.4. Pena a aplicar	543
2.5. Competência	543
CAPÍTULO VII TRIBUNAL INTERNACIONAL PENAL	545
SECÇÃO I INTRODUÇÃO	545
1.1. O instrumento formal da criação do TIP: Foedus novus	545
1.2. Permanência	547
1.3. Obrigatoriedade da jurisdição	548
1.4. Sujeição a regras de processo heteronomamente pré-estabelecidas	553

1.5. Submissão aos Princípios Jurídico-Penais universalmente reconhecidos e aceites	557
1.6. Causas da Exclusão da Culpa	561
1.7. Representatividade dos sistemas jurídico-culturais de todo o mundo	562
1.8. Princípio da complementaridade	564
1.9. Tribunal Internacional Penal: Uma Organização Internacional	567
1.10. Conclusão	570
SECÇÃO II – O ESTATUTO DO JUIZ DO TRIBUNAL INTERNACIONAL PENAL	571
2.1. A Legitimidade do Juiz Internacional	571
2.2. O Juiz do Tribunal de Roma	572
2.2.1. Introdução	572
2.2.2. O Recrutamento e o Modo de designação dos Juízes	573
2.3. Apreciação do Estatuto do Candidato a Juiz	576
2.4. Do Estatuto do Juiz	577
2.4.1. Mandato dos Juízes	577
2.4.2. Poderes dos Juízes	577
2.4.3. Privilégios e Imunidades	581
2.4.4. Deveres do Juiz	581
2.4.5. Garantias dos Juízes	583
SECÇÃO III – O ESTATUTO DO PROCURADOR DO TRIBUNAL INTERNACIONAL PENAL	585
3.1. Evolução Histórica da figura do Procurador Internacional	585
3.2. O Estatuto Jurídico-processual do Procurador Internacional nos Tribunais Militar de Nuremberga ao Tribunais Internacionais ad hoc.	591
3.3. O Estatuto do Procurador no Tribunal Internacional Penal	598
3.4. A Orgânica do Gabinete do Procurador	604
3.5. O Procurador como órgão judiciário e titular da acção penal internacional	607
CAPÍTULO V – O PROCESSO INTERNACIONAL PENAL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	619
SECÇÃO I – INTRODUÇÃO	619
SECÇÃO II – AS ERAS DO PROCESSO PENAL	623
2.1. Processo Internacional Penal na Era da Institucionalização	623
2.1.1. Questões Gerais	623
2.1.2. A justiça regulamentada obrigatória e a emergência dos Tribunais Penais e do Processo Internacional Penal	626
2.2. O Processo Internacional Penal na Era dos Direitos Humanos	628
2.2.1. Introdução	628
2.2.2. O Processo Internacional Penal do International Military Tribunal (Tribunal de Nuremberga)	630
2.2.3. A emergência de um novo paradigma processual penal internacional de natureza principalista	632
2.3. O Processo Internacional Penal na Era da Solidariedade Humanitária	638

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

2.3.1. Introdução	638
2.3.2. A transformação do Direito Processual Penal Internacional	640
2.3.2.1. Introdução	640
2.3.2.2. Mudanças estruturais no Processo Internacional Penal	641
2.3.3. O Processo Internacional Penal no Tribunal Penal para a ex-Jugoslávia. A emergência de um Processo Internacional Penal renovado	642
2.3.4. O Processo Internacional Penal no Tribunal Internacional Penal	646
2.4. Conclusão	652
 BIBLIOGRAFIA GERAL	 655
BIBLIOGRAFIA BÁSICA SOBRE DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO	665
BIBLIOGRAFIA SOBRE OS TRIBUNAIS INTERNACIONAIS PENAI	667
BIBLIOGRAFIA DE DIREITO INTERNACIONAL PROCESSUAL PENAL	675